

TESE DA CSD CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

1 – CONJUNTURA

1.1 – *Conjuntura Internacional*

No aspecto internacional, o elemento de maior destaque é a atual crise capitalista, uma das maiores vivenciadas por este modo de produção, comparável à de 1929, principalmente por conta de suas raízes similares, fortemente vinculadas ao descontrole quase total da circulação do capital especulativo na economia.

As crises fazem parte da natureza do capitalismo, apresentando-se de forma cíclica, mas, diferente das ocorridas em anos mais recentes, aonde os principais afetados faziam parte do grupo de países periféricos, esta última atingiu em cheio o centro nevrálgico do sistema. Calotes, quebras e concordatas de grandes conglomerados, demissões em massa, crise imobiliária, entre outras consequências, se abateram de modo arrasador sobre a população dos chamados países desenvolvidos.

Pode-se afirmar que não se trata somente de uma crise do capital financeiro internacional, mas sim de uma crise do modelo neoliberal, hegemônico mundialmente desde a década de 80.

Este acontecimento chegaria a dar contornos terminais ao neoliberalismo, permitindo a alguns analistas prever a ascensão de políticas governamentais de bem estar social aos moldes keynesianos nas economias nacionais, inclusive na dos EUA. Outros, ainda acreditam que o modo de produção capitalista encontraria-se em cheque. Entendemos como precipitados tais diagnósticos.

Para realizar uma análise criteriosa da conjuntura, é importante observarmos os últimos acontecimentos políticos no núcleo orgânico do capitalismo. A eleição de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos é reflexo do descontentamento da população desse país com as administrações anteriores, marcadas fortemente por seu caráter neoliberal. Em nome da recuperação econômica, o estado despejou bilhões para salvar os grandes bancos, em troca, obteve participação como acionista nestas empresas. Embora se fale em “estatização do sistema financeiro”, nos últimos meses, podemos observar, de maneira flagrante, que os bancos vêm retomando as mesmas operações especulativas e obtendo lucros crescentes. A ponto de iniciar o processo de devolução do montante tomado ao estado, o afastando dos seus conselhos de administração.

Além disso, tanto a administração Obama como a União Europeia não construíram ou aplicaram nenhum mecanismo público de controle do sistema financeiro, o mesmo aconteceu nos países da periferia.

Dentro das instâncias internacionais, não tomou corpo expressivo nenhum debate em torno do estabelecimento de um ordenamento econômico mundial que ditasse limites ao funcionamento do sistema financeiro internacional.

Analisando este cenário, aonde a participação estatal na economia parece não tomar o devido tamanho, dificilmente teremos a promoção do estado de bem estar social, aos moldes do pós segunda guerra, como modelo hegemônico. Até porque, naquele período,

a concessão de amplas garantias sociais foi uma das formas, encontradas por parte dos governos ocidentais, de esfriar o ascenso do movimento de trabalhadores nesses países. A existência da URSS e demais nações do bloco socialista tornava a disputa de consciência das massas muito mais acirrada nos países capitalistas, acarretando alguns progressos sociais nessas sociedades.

Em virtude das ocorrências elencadas, vemos que a face neoliberal do capitalismo passa por profunda crise. No entanto, embora não esteja em movimento de ofensiva, como nos anos 90, o fantasma neoliberal permanece vivo por conta da inexistência de um mecanismo sério de regulação do capital especulativo.

Em termos de alternativas para a construção de uma nova sociedade, pela primeira vez, a América Latina toma a vanguarda do processo. As experiências dos governos bolivarianos mostram-se riquíssimas em termos de fortalecimento da democracia e da participação popular nas decisões de estado. O Brasil, embora não protagonize um processo tão avançado, é fundamental para o prosseguimento dessas experiências, em virtude de seu peso econômico e político cada vez maior no hemisfério. A política externa multilateral, visando o fortalecimento de laços econômicos e diplomáticos com outras nações em desenvolvimento, talvez seja a nossa maior contribuição.

O golpe em Honduras é um exemplo de que o processo democrático não está devidamente consolidado no continente, e de que as oligarquias golpistas continuam ativas, e com o beneplácito dos EUA. Embora conte com novo governo, o imperialismo estadunidense segue ativo, a reativação da IV Frota Naval e a instalação de sete bases militares na Colômbia, autorizadas pelo narco-governo Uribe, são exemplos disso.

O governo brasileiro tomou uma postura correta ao deslegitimar o governo golpista de Honduras. Em relação às bases militares, fez uma cobrança um tanto tímida ao governo colombiano, dada a gravidade da ameaça.

As experiências de construção altermundistas que se mostram efervescentes na América Latina, necessitam de uma maior integração do nosso país para conseguir o êxito esperado, é dever da organização da nossa classe trabalhadora constituir-se como estopim desse processo.

1.2 – Conjuntura Nacional

O ponto central da conjuntura 2010 em nosso país, certamente, será a disputa eleitoral, que tende a ter certo caráter plebiscitário. De um lado, a candidatura da ministra Dilma Rousseff, representando a experiência do governo Lula, e do outro, o governador de São Paulo, José Serra, representante do governo neoliberal de FHC.

As medidas tomadas pelo Governo Lula para o enfrentamento da crise e para garantir a recuperação do emprego, como a redução da taxa de juros, do superávit primário e da tributação de determinados setores da economia nacional, foram aspectos importantes para romper com o discurso neoliberal que pregava exatamente o contrário: a contenção dos gastos públicos, com o respectivo aumento do superávit primário e elevação da taxa de juros.

Apesar do acerto na tomada das medidas citadas, alguns aspectos ainda merecem a nossa crítica. O governo não buscou, por exemplo, comprometer os setores

privilegiados com metas de geração de empregos. E mais uma vez ficou evidente que, no Banco Central, a herança neoliberal se mantém através do seu presidente Henrique Meirelles e equipe, pois, apesar de toda pressão da sociedade e inclusive do governo, o BC demorou muito pra baixar as taxas de juros, prejudicando, assim, a recuperação de nossa economia.

O Governo Lula sai fortalecido da crise econômica mundial, por não seguir a linha liberal de enfrentamento da mesma. Ocorreu uma derrota programática da direita organizada, que sugeria corte nas políticas sociais. A elevação da renda do trabalho, dos benefícios da previdência, dos programas sociais e da geração de empregos, inclusive formais, foram determinantes.

A construção de um plano pós-neoliberal tem seus avanços mais significativos na América Latina, relativamente a outras regiões do mundo. São sinais fortes dos avanços as recentes eleições de Pepe Mujica, da Frente Ampla, no Uruguai, e de Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia. Porém, na Colômbia e no Peru, consolidam-se as forças de direita. As eleições brasileiras em 2010 são determinantes para manter um quadro positivo das forças de esquerda na região, uma vez que possuem alcance continental.

Dentre os pontos centrais de enfrentamento na conjuntura, devemos eleger o combate ao rentismo como alvo. Essa linha econômica sustenta a defesa do aumento da taxa de juros. O argumento é que, com o reaquecimento da economia, deve-se retomar como política central o domínio da inflação. Devemos intensificar as mobilizações para derrotar o neoliberalismo ainda presente no Banco Central.

A institucionalização de conquistas sociais, a reversão das perdas de direitos do período de hegemonia neoliberal e a democratização do Estado ainda sofrem grandes bloqueios. Devemos transformar esses objetivos em iniciativas concretas de mobilização para pressão social.

A atual polarização social e política no país acontece num momento em que há a oportunidade de imprimir derrotas terminais ao neoliberalismo. Mas, acima de tudo, é momento de avançar rumo à implementação do projeto democrático e popular, fortalecendo a luta socialista em nosso continente.

O Papel dos Movimentos Sociais na Atual Conjuntura

O enfrentamento, nessa conjuntura, assume lugar prioritário. Temos que apontar para a disputa em torno de um modelo de desenvolvimento que privilegie o trabalho em detrimento do capital, ao mesmo tempo que busque a democratização do Estado, com o estabelecimento de políticas e instrumentos de participação popular.

Esse reposicionamento tem que ser fruto, em primeiro lugar, do aumento das mobilizações, seja das negociações coletivas, seja das lutas unificadas em torno de agendas comuns. Foi o caso das marchas nacionais pela valorização do salário mínimo e, posteriormente, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, encabeçadas pela CUT. Mas é preciso avançar mais em temas prioritários para a classe trabalhadora, como na luta pelo fim do fator previdenciário, pelo aumento das aposentadorias, pela ratificação da convenção 158, e pela regulação do sistema financeiro e do capital especulativo. Essas tarefas devem orientar a formulação de uma plataforma construída

pela classe trabalhadora, que servirá como ferramenta de mobilização e negociação da classe para a disputa de hegemonia em 2010.

A polarização na disputa de hegemonia deve servir para avançar nas conquistas. A construção da plataforma da classe trabalhadora tende a se estabelecer como a principal iniciativa programática do movimento sindical latino-americano para a disputa de projetos.

A definição, através da Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010, de temas centrais para avançar na conquista de direitos e transitar para um outro modelo de desenvolvimento será fundamental para organizar atividades de massa. Servirá, também, para reaglutinar os principais movimentos sociais do país em torno de projetos comuns, para além do combate ao neoliberalismo.

O bombardeio da mídia – que temos sofrido e que sofreremos até as eleições – somente será enfrentado com forte organização política. Para tanto, será necessário fortalecer a relação com os demais movimentos sociais do nosso campo. Ao garantir tal unidade, devemos cobrar constante diálogo com a candidatura desse campo, de forma a garantir que seja incorporado o máximo de nossa Plataforma ao programa de governo. Não podemos repetir o erro de outros momentos, em que o apoio a determinadas candidaturas não garantiu a incorporação pelas mesmas da nossa pauta. No primeiro mandato de Lula, por exemplo, tivemos derrotas importantes como a reforma da previdência do setor público e a Lei de Falências.

A polarização social acirrada em 2010 deve ser utilizada, também, para reposicionar a organização sindical. Precisamos repensar as formas de engajamento nas lutas sociais, procurando organizar e unificar os setores sociais identificados com nossa agenda política. Só assim cumprimos o papel que a conjuntura nos propõe na disputa de hegemonia no nosso país. Se vencermos, conseguiremos fazer com que o centro do próximo governo seja o aumento do investimento em políticas sociais, em infraestrutura e geração de emprego e renda, e o estabelecimento de mecanismos democráticos de participação.

1.3 – Conjuntura Estadual

Desde a eleição de Yeda Crusius no RS, instalou-se uma crise de legitimidade política, em função dos escândalos de corrupção do seu governo e pelo projeto neoliberal que ela representa.

Por ser um governo comprometido com o neoliberalismo, as forças políticas conservadoras, com o apoio do grande capital e do monopólio das comunicações, permitiram o aprofundamento deste modelo. Nesse sentido, constrói-se um aparato midiático para blindar a imagem do governo Yeda, incriminando os movimentos sociais e atacando a liberdade de manifestação, expressão e organização da classe trabalhadora. Temos, no RS, um projeto de desmonte dos serviços e do patrimônio público. A crise financeira do Estado passou a ocupar a maior parte da agenda política de seu governo, como da grande mídia, para propagar o “ajuste fiscal” e o “déficit zero”, tendo como interlocutores as entidades empresariais. O arrocho salarial, a reforma administrativa, a redução dos gastos com custeio, a venda de ações do Banrisul, as demissões da EMATER, o corte das verbas da educação, o corte do orçamento para saúde, segurança e demais áreas sociais, as OSCIPs, foram algumas das políticas do Governo Yeda que acabaram com importantes projetos sociais e pioraram os serviços públicos

para a população.

Ao lado da agenda de destruição do Estado, o Governo ainda reduziu o piso regional em relação ao seu patamar histórico e impôs um modelo de desenvolvimento que subordina o Estado a um acordo danoso com o Banco Mundial para renegociação da dívida e privilegia os grandes grupos econômicos, notadamente as papelarias (Aracruz, Stora Enso e Votorantim). O resultado deste projeto tem sido a precarização dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança, saneamento básico, etc..) e a deterioração financeira do Estado e o avanço da monocultura de eucalipto, em detrimento da biodiversidade do Estado. Desde que assumiu, Yeda nunca aplicou os percentuais constitucionais na saúde (12%) e na educação (35%). Além disso, protagonizou um retrocesso democrático, priorizando na segurança pública o combate aos movimentos sociais. Não fosse a luta continua dos movimentos sociais em conjunto com o Forum dos servidores públicos estaduais, no qual a Federação teve participação importante, o desmonte do estado e dos trabalhadores teria sido maior. No final do ano os movimentos infringiram uma grande derrota ao governo Yeda e seus aliados na assembléia, que tiveram de retirar os projetos que prejudicavam os trabalhadores da brigada militar e da educação.

É um governo medíocre e incompetente, que só funciona com o uso intensivo da mídia, não investe em programas de desenvolvimento econômico e social; de geração de emprego; proteção ao trabalho; inclusão social; assistência e apoio à cidadania; de incentivos as micro, pequenas e médias empresas, cooperativas e agricultura familiar. Mais recentemente, diante da crise mundial, ficou evidenciada a falta de medidas e de propostas concretas deste governo para enfrentá-la. Ao contrário do governo federal que baixou os juros, diminuiu o superávit primário a carga tributária de alguns setores e principalmente aumentou o investimento público para o País sair da crise. O governo Yeda aplicou na integra a cartilha neoliberal, diminuindo o investimento público em todas as áreas sociais. Levantando a bandeira do déficit zero, ou seja, zero em educação, saúde, segurança e outras prioridades sociais.

O ano de 2010, será um ano decisivo para o povo gaúcho, que terá que optar por reeleger o projeto neoliberal que governa o estado desde 2002, com Germano Rigoto e que depois foi aprofundado por Yeda Crusius, ou retomar um projeto democrático popular, que faça com que o estado volte a crescer, com mais investimentos em políticas sociais, saúde, segurança, educação e participação popular.

2 – ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA E PLANO DE LUTAS E AÇÃO

É papel fundamental de nossa federação, em conjunto com os sindicatos, a organização de nossa categoria. Essa organização tem diversos motivos. Seja para a luta por melhores salários e condições de trabalho, avançar em nossos direitos, bem como para questões mais estratégicas, como a busca de uma nova sociedade, mais solidária e igualitária.

É importante ainda reafirmar, a necessidade de nossa federação continuar lutando nacionalmente para que nossas campanhas sejam democráticas, com respeito á vontade dos bancários. Com negociações transparentes e conduzidas de acordo com ás deliberações dos fóruns, evitando a centralização em torno do sindicato de São Paulo. É preciso autonomia em relação aos governos e partidos.

Diante desses objetivos de organização, é importante que a federação tenha papel importante na elaboração de políticas que subsidiem às ações de nossos sindicatos. Um tema importante no próximo período e o debate sobre o sistema financeiro que queremos. A recente crise mundial abriu espaço para que levantemos este debate, não só junto à categoria mas perante a sociedade como um todo. Para isto é necessário estudar, discutir e elaborar propostas que se transformem em bandeiras de luta de nossa categoria.

Outros temas importantes, que dialogam principalmente com o setor público da categoria, como a Isonomia, previdência complementar e planos de carreira devem ter a mesma prioridade.

A experiência do projeto “Diálogos para Ação” demonstram a importância da formação para dirigentes e delegados sindicais no atual período. É preciso avançar mais ainda, seja no incentivo a participação bem como , ter projetos que cheguem direto nos sindicatos, mesmo que regionalmente.

A luta para melhorar às condições de trabalho, por fim às metas abusivas que adoecem parcela importante da categoria, devem ser permanentes. Por isso a campanha “Tudo tem limite” tem que ser permanentemente desenvolvida por todo nosso estado. Nesse sentido é fundamental o papel de coordenação e planejamento por parte da federação.

Do ponto de vista organizativo, é importante aprimorar o funcionamento dos coletivos estaduais. Nos bancos públicos temos tido experiências positivas. Principalmente com os fóruns de dirigentes e delegados. É preciso caminhar nesse sentido também nos privados, fortalecendo a organização dos empregados e mantendo informativos periódicos direcionados a este setor

Por último, achamos importante , que se utilize outros instrumentos para a organização dos bancários. O esporte e a cultura tem um grande apelo para o envolvimento da categoria, o que potencializa á organização política.

Para isso propomos algumas ações para á próxima gestão:

- 1-Organização de seminários sobre o sistema Financeiro
- 2-Seminários e grupos de estudos sobre Previdência complementar e Planos de Carreira.
- 3-Organizar reuniões dos coletivos de dirigentes de bancos Privados junto ao “Diálogos para Ação” a exemplo do que acontece com os dirigentes e delegados sindicais dos bancos públicos.
- 4-Seminário sobre Isonomia nos bancos públicos
- 5-Organização de atividades esportivas estaduais, incentivando também etapas regionais.
- 6-Organização de um Festival de música estadual, também com etapas regionais.

3 - POLÍTICAS PERMANETES

3.1 - Saúde do Trabalhador e Trabalhadora Bancária

As repercussões do trabalho bancário sobre a saúde têm assumido, historicamente, diversas expressões no cotidiano dos bancários, dentre as quais se destacam, atualmente, o sofrimento psíquico e as patologias do sistema músculo-esquelético conhecidas como LER/DORT. Tais manifestações estão intimamente relacionadas com

o conteúdo do trabalho bancário, com a forma de organização e gestão do trabalho, assim como com o processo de reestruturação produtiva que vem sendo implementado nos últimos anos.

As exigências do conteúdo do trabalho bancário – esforço mental (atenção, concentração, memorização, responsabilidade) e esforço físico (atenção visual, esforços repetitivos, posturas estáticas) – se somam às exigências que acompanham a reestruturação bancária. Introdução de novas tecnologias, novas formas de gestão, subcontratações, redução de pessoal e ameaça de desemprego têm configurado uma precarização das relações de trabalho no setor financeiro.

Uma análise sobre os modos de trabalhar e de adoecer traz um vasto material para reflexão. O campo da Saúde do Trabalhador possui conteúdo estratégico, pois diz respeito à essência das condições de classe. O bancário doente encarna a brutalidade de como é imposto o trabalho, e pode dar necessária visibilidade ao sofrimento no trabalho e a suas conseqüências psicossociais. Nesse sentido, não há ilusão possível quanto às transformações no campo da Saúde do Trabalhador que não passe pelo enfrentamento dos modos de produção. Isto não quer dizer, por outro lado, que não existam ações operacionais a ser implementadas no campo da saúde em si. A conquista de melhorias, na sociedade atual, é possível e necessária. Entretanto, pouco profunda se a forma como a produção se estabelece não for questionada.

Nesse sentido, A Federação Sindicatos precisam superar a tendência de setorização da saúde, na forma de quase uma especialização, pervertendo o princípio de que o trato destas questões diz respeito à essência das contradições sociais e de classe. Portanto, a Saúde do Trabalhador precisa ser assumida como uma prioridade, tendo como objetivos: desenvolver ações estadualmente articuladas, resgatar a solidariedade e a participação dos trabalhadores, desenvolverem consciências críticas e garantir a democracia nos ambientes de trabalho, facilitando a possibilidade de auto-organização dos bancários.

Durante a última gestão da FEEB-RS, foram realizadas diversas ações em Saúde do Trabalhador, concebida enquanto uma política transversal e permanente. O departamento de saúde tem proporcionado suporte técnico relacionado ao tema da Saúde do Trabalhador para o conjunto dos Sindicatos filiados, seja na resolução de casos individuais, seja na orientação à implementação de ações de caráter coletivo.

Além disso, atividades de formação como seminários, cursos e debates sobre temas relacionados à Saúde do Trabalhador bancário têm sido sistematicamente realizados, a partir de necessidades levantadas junto aos dirigentes sindicais de todo o Estado em reuniões nas diferentes regionais e, também, a partir de reuniões do Coletivo Estadual de Saúde. Da mesma forma, notícias e informações sobre temas de saúde do Trabalhador têm sido priorizadas, tanto na página eletrônica, com boletim online como em materiais impressos periódicos, a exemplo do jornal Saúde Bancária, veiculado em toda a gestão.

Outra atividade que merece destaque é a consolidação do Grupo de Ação Solidária de portadores de LER/DORT, no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, do qual a assessora de saúde da FEEB-RS participa como coordenadora, em conjunto com a assessoria de saúde do Sindbancários. Tendo em vista a importância desse tipo de intervenção junto aos bancários afastados por saúde do trabalho, através do seu projeto

de saúde a FEEB-RS incentiva e auxilia a criação e manutenção nos sindicatos onde temos atualmente cinco fóruns ativos nos Sindicatos de Porto Alegre, Camaquã, Rio Grande, Santa Maria e Caxias dos Sul e estimulamos a criação de ações semelhantes em outras bases e sindicatos. O apoio a movimentos sociais ligados à Saúde do Trabalhador, como é a nossa intervenção e participação do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador/RS (FSST) reuniões semanais que envolvendo 30 entidades sindicais para avançar a luta da saúde do trabalhador no estado, participamos ativamente nos coletivos de saúde da Contraf e da CUT/Nacional interagindo nas ações e mobilizações para avançar direitos e conquistas na em saúde na categoria e na previdência social e temos representação também junto ao Conselho Estadual de Saúde(CES) para avançar o controle social em políticas de saúde no estado e trabalhamos

Também com a AVIDA-RS (Associação das Vítimas de Doenças Relacionadas ao Trabalho), de âmbito estadual, também se faz presente, tendo em vista a importância de articular ações na luta pela garantia de melhores condições de trabalho.

O tema da saúde bancária constou na pauta de reivindicações encerrada em outubro de 2009 não resolvemos todas as demandas principalmente aquelas que atacam o bem estar dos bancários submetidos a metas abusivas, pressão e riscos de violência por conta dos assaltos.

Por último, cabe salientar que mediante a toda violência organizacional existente entende-se que a continuidade do projeto em saúde bancária que ora está em curso é relevante e necessária, com a Federação mantendo o papel de proporcionar suporte técnico e capacitação do conjunto das direções dos Sindicatos do Estado, para que estes possam desenvolver as ações necessárias junto à categoria para avançar e consolidar conquistas em saúde aos bancários.

b) Campanha “Tudo tem limite , Tolerância zero com a violência dos Bancos”

Está na rua a campanha “tudo tem limite ! tolerância zero com a violência dos bancos” lançada em 23/10/09 pela Feeb/rs e o Sindbancários no módulo diálogos para ação aos delegados e dirigentes sindicais como projeto inicial piloto em andamento para a base do Sindbancários e será estadualizado a partir de março/2010 com lançamentos em todas regionais da federação conforme agendando em 17/12/09 na reunião do coletivo estadual de saúde da Federação.

A campanha visa buscar melhores condições de trabalho e saúde e também combater o assédio moral

O nosso objetivo fundamental na campanha permanente é mostrar aos bancários(as) que vivenciar ou ser alvo de situações de violência não é natural, que a Federação e os sindicatos de bancários farão o enfrentamento para romper com a violência organizacional dentro dos bancos.

Em cada agência ou departamento motivaremos os dirigentes e delegados sindicais a exibirem os cartazes com os dizeres “tudo tem limite” estamos distribuindo panfletos e jornais com esclarecimentos sobre a campanha e divulgando os novos canais de comunicação disponíveis para as denúncias que são o e-mail: tudotemlimite@sindbancarios.org.br e o telefone:(51)34331225 sendo preservado o sigilo que é absoluto e sendo tratado as demandas por equipe de assessorias de saúde e os dirigentes sindicais dos departamentos de Saúde da FEEB/RS e dos sindicatos filiados.

Também afirmando a importância de todos da categoria bancária gaúcha participarem para que o nosso projeto atinja os efeitos desejados dando suporte e apoio os bancários(as) que estão sofrendo com assaltos, assédio moral, metas inatingíveis, longas jornadas de trabalho, discriminações, pressão por metas abusivas, gestão indevida, excesso de trabalho, ameaças de demissões, exposição a riscos, inclusive físicos, desrespeito às leis e normas de saúde e segurança do trabalho.

Vamos percorrer os bancos públicos e privados da base de atuação de nossos sindicatos divulgando a campanha, recebendo queixas, denúncias de irregularidades e apontando meios e ações para resolver os atuais ricos que atacam a saúde bancária e prevenir e evitar que novos casos ocorram. Portanto não vamos dar trégua enquanto os bancos não oportunizarem ambientes de trabalho dignos e adequados a saúde dos bancários gaúchos.

3.2 - Gênero, Etnia e Orientação Sexual.

O mundo do trabalho e a sociedade valorizam um padrão único de comportamento, desrespeitam as diversidades e pluralidades, isto se reflete também nas relações de trabalho e poder que ao longo da história trataram as diferenças como desigualdades. As mulheres, segundo estatísticas, representam mais de 50% da população brasileira, constituem 42% do mercado de trabalho e na categoria bancária são 50%, ainda que esta participação tenha aumentado consideravelmente.

A sociedade brasileira demonstra traços do modelo patriarcal que se observam através da desigualdade salarial, dificuldade de ascensão e discriminação. A participação das mulheres nas instâncias de poder ainda é muito tímida em que pese o crescimento da sua participação no mercado de trabalho. A questão da violência sexista, é a expressão mais dura da opressão das mulheres, e no mundo do trabalho se manifesta pelo assédio sexual. Sabemos que é a expressão mais contundente das contradições das relações de poder entre homens e mulheres. Segundo pesquisa da fundação Perseu Abramo em 2002, foi constatado que a cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência. Ainda, necessita-se mais campanhas de esclarecimentos sobre as leis existentes (Lei Maria da Penha, por exemplo), bem como dos direitos, para que as bancárias tenham coragem de denunciar as situações de assédio sexual.

No ano de 2008, a partir de reivindicação do GGROS- Grupo de Gênero da Contraf foi realizada uma pesquisa on line dentro dos bancos, para obter o mapa da diversidade na categoria. Portanto, não obtivemos nenhuma grande novidade, mas sim a confirmação de que nossas lutas são justas e calcadas nessa realidade de exclusão dos negros e negras, da discriminação das mulheres, e da necessária luta contra homofobia no mundo do trabalho. Para além do censo da diversidade é preciso agir e criar políticas garantindo a nossa intervenção nos bancos para desmascarar a discriminação a que os/as trabalhadores(as) estão submetidos e avançar nas propostas, como lutando pelas cotas nos concursos públicos e nas contratações em banco privados.

Ainda assim, sabemos que participaram da pesquisa 52% dos Bancos Privados e 48% dos Bancos Públicos. Alguns dados para uma análise do perfil da categoria são implacáveis, como o fato de que 95% da categoria estão estudando ou já cursou o ensino superior, isto nos mostra que com a diminuição e fusão da categoria ao longo dos anos, criaram-se novas exigências de acesso ao setor. No entanto, até hoje o piso da categoria

continua baixo e não acompanhou esta exigência do mercado com o novo perfil do bancário(a).

Outros dados colocam como se perpetua a divisão sexual do trabalho na categoria e na sociedade capitalista, como na diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam a mesma função, que na pesquisa ficou constatado, que as mulheres realizando a mesma tarefa que os homens, recebem 78% do salário de um bancário.

O movimento de mulheres ao longo de décadas tem denunciado a divisão sexual do trabalho, que nos locais é identificado pelas funções que são exercidas predominantemente pelas mulheres, e portanto são desvalorizadas, que no caso das bancárias são os atendimentos ao público(plataformistas, Gerentes de Negócios, etc), telefonistas, secretárias, e a exigência de um perfil branco, e de boa aparência, característica “naturalizadas” na sociedade e não questionadas pela cultura predominante. Romper esta lógica e lutar pelos direitos das mulheres é um dos objetivos das comissões e/ou secretarias de mulheres nos sindicatos. O mapa da diversidade também trouxe algumas informações como 68,1 % são de cargos funcionais(escriturários, técnicos bancários) não comissionados.

As mulheres significam 48,4% da categoria e os homens são 51,6%. Outro aspecto, a ser rompido na categoria bancária é a discriminação racial, pois o percentual de negros nos bancos privados é de 18,2% e nos bancos públicos são 20,5%, e neste aspecto as mulheres negras são apenas 8,18% no sistema bancário.

Entre as atividades desenvolvidas pela Diretoria sobre a Mulher Trabalhadora, Etnia e Orientação Sexual, da FEEB/RS esteve a participação junto aos movimentos sociais, que tratam e discutem esses temas e conquistamos espaços importantes junto a CUT-RS, na Secretaria de Mulheres, e vaga no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A FEEB/RS também ocupa lugar no Fórum Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher e a Marcha Mundial de Mulheres tem sido parceira em todas discussões principalmente no tema da violência, participação de destaque nas atividades do 08 de Março.

No âmbito da categoria bancária, promovemos a discussão com sindicatos sobre a questão das mulheres no trabalho bancário e no movimento sindical; participamos da comissão GROS (gênero, raça e orientação sexual) da Contraf e da mesa de negociação com a Fenaban sobre igualdade de oportunidades; promovemos ainda seminários e participamos do censo de diversidade na categoria bancária, jornal “A Bancária “ para toda a categoria bancária do R.S por ocasião do Dia Internacional da Mulher, atividades no Dia 25.11 pelo fim da violência à Mulher, participação da primeira marcha lésbica do R.S, Ciclo de cinema com temática feminista(08 de março).

Diversidade Sexual

Em relação a diversidade sexual, devemos romper com o debate “orientação sexual” e afirmar a expressão “diversidade sexual” haja vista que a mesma defini de maneira distinta a verdadeira realidade dos homossexuais, bissexuais, travestis, heterossexuais, transexuais e lésbicas. Na sigla da diversidade sexual, LGBT, importante colocar mais um “T”, contemplando transexuais, LGBTT - Lésbicas, Gueis, bissexuais, travestis e Tresexuais).

Na categoria bancária muito tem que se fazer e debater para avançar em conquistas e respeito à diversidade sexual. Uma conquista significativa foi a Cláusula Quadragéssima Quarta – da Convenção Coletiva de Trabalho de 2009/2010, a qual garante a extensão das vantagens da CCT aplicáveis aos cônjuges, dando o mesmo tratamento aos empregados e empregadas em que a união decorra de relação homoafetiva estável.

O censo que originou o Mapa da Diversidade dentro dos bancos não houve avanços e a aceitação por parte dos banqueiros em incluir na pesquisa consultas sobre a diversidade sexual dos trabalhadores e trabalhadoras do setor.

De acordo com estimativas, 10% a 11% da população mundial é composta por homossexuais(dados da CUT Nacional). Mais do que uma questão de foro íntimo, essa realidade tem um forte impacto na vida da classe trabalhadora de todo o mundo que, diariamente, enfrenta preconceitos, discriminação e violência na sociedade devido a sua condição sexual. Nos locais de trabalho, muitos empregadores discriminam trabalhadoras e trabalhadores homossexuais dificultando sua ascensão profissional e muitos não contratam estes trabalhadores e trabalhadoras numa manifestação evidente de discriminação.

Os direitos dos homossexuais não gozam de proteção suficiente em nenhum código reconhecido de direitos humanos. Isso se deve mais a uma interpretação conservadora das autoridades do que a uma pretensa deficiência do texto dos tratados de direitos humanos.

Como forma de lutar pela organização dos homossexuais surgiu no 10º CONCURTO, o Coletivo Nacional da Diversidade Sexual (CNDS), um poderoso instrumento de combate à homofobia no mundo do trabalho e na defesa dos direitos humanos de trabalhadoras e trabalhadores homossexuais.

Propostas:

1 - reafirmação das cotas que propiciem a participação de todos os segmentos nas instâncias de poder e discussão tanto da FEEB/RS como dos sindicatos; bem como seguir a orientação da CUT de aplicação das cotas de participação das mulheres no movimento sindical, em todas as instâncias;

2 - provocar a discussão dos temas da GROS com os sindicatos e na imprensa sindical,

3 – pautar a igualdade de oportunidades na categoria a partir dos dados do mapa da diversidade;

4 - garantir a transversalidade dos temas,

5 - inserções nos movimentos sociais, apoiar e participar das atividades organizadas contra discriminação racial, pela diversidade sexual, contra a discriminação das mulheres;

6 - Lutar contra a violência e integrar as lutas desenvolvidas contra o assédio sexual, assédio moral através da Campanha Estadual "Tudo tem limite - contra a violência nos bancos";

7 - participar das instâncias da Contraf e da CUT;

- 8 - a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas voltadas para o combate à violência e à discriminação, garantindo o recorte da diversidade sexual em seminários de formação na Federação dos bancários;
- 9 - a reafirmação nos materiais informativos de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência seja na luta pelos direitos da mulheres, das LGBTTT (leésbicas, gays, bissexuais, Travesti e Transexuais) e pela igualdade racial;
- 10 - estimular a apresentação e o debate de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre a diversidade sexual e superação de homofobia,
- 11 - apoiar estudos e pesquisas em parcerias com Universidades sobre as relações de gênero e situação das mulheres com o recorte da diversidade sexual;
- 12 - Lutar pela descriminalização e legalização do aborto e pelo atendimento no SUS do aborto legal;
- 13 - Criar Coletivo Estadual de Diversidade Sexual (CEDS), para combater à homofobia no mundo do trabalho e na defesa dos direitos humanos de trabalhadoras e trabalhadores homossexuais, bem como interagir com o Coletivo Nacional de Diversidade sexual da CUT;
- 14 - Criar o coletivo estadual de etnia, para combater a discriminação racial e interagir com a Secretaria Estadual de luta pela igualdade racial da CUT-RS;
- 15 - Criar o coletivo estadual de mulheres para organizar e combater a discriminação das mulheres no mundo do trabalho;
- 16 - Lutar pela união civil dos homossexuais;
- 17 - Incluir nas reivindicações da categoria a inclusão de cotas para mulheres negras quando da realização de concursos públicos, e contratação em bancos privados;

3.3 - Comunicação

Democratização da Comunicação no Brasil

A democratização da Comunicação, combinada com políticas de justiça sociais e econômicas são elementos fundamentais para o aprofundamento da democracia no Brasil.

Tanto nos fóruns de discussões sobre democratização da comunicação no Brasil, quanto nos Partidos de esquerda e movimentos sociais, há uma firme convicção de que a questão (da democratização) é estratégica e foi dado um passo importante neste segundo mandato do Presidente Lula com a Convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação realizada em 2009.

A 1ª CONFECOM constituiu-se em momento histórico na realidade brasileira. Pela primeira vez, governo federal, outros setores do poder público, sociedade civil e

segmentos do setor empresarial engajaram-se na construção de um espaço democrático de diálogo e de definição de posições que colaboram para a definição de políticas públicas para o setor de comunicação.

Certamente muitas divergências persistem e prosseguirão sendo alvos de intensas disputas entre os setores que participaram. Mas o enfrentamento coletivo e aberto destas divergências numa esfera pública de debates já se mostrou saudável para a sociedade e para a democracia. Nociva é a tentativa dos donos dos veículos de comunicação hegemônicos de esconderem ou maquiarem a realidade. E é esta postura que faz crescer na sociedade a convicção de que o povo não é bobo.

O processo da 1ª Conferência Nacional de Comunicação foi positivo para os defensores da democratização da comunicação no Brasil e descortinou o verdadeiro interesse dos que o combateram. Os segmentos do setor empresarial que boicotaram a 1ª CONFECOM, capitaneados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ) preferem o absolutismo de suas posições a abrirem-se ao debate com todos os segmentos da sociedade.

A Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul deve caminhar junto com os movimentos sociais, participando das ações necessárias para que o governo implemente as propostas da sociedade deliberadas na 1ª CONFECOM:

- Divisão do espectro radioelétrico obedecendo a proporção de 40% para o sistema público, 40% para o sistema privado e 20% para o sistema estatal.
- Reconhecimento do direito humano à comunicação como direito fundamental na Constituição Federal.
- Criação do Conselho Nacional de Comunicação, bem como dos conselhos estaduais, distrital e municipais, que funcionem com instâncias de formulação, deliberação e monitoramento de políticas de comunicações no país. Conselhos serão formados com garantia de ampla participação de todos os setores.
- Instalação de ouvidorias e serviços de atendimento ao cidadão por todos os concessionários.
- Incentivo à criação e manutenção de observatórios de mídia dentro das universidades públicas.
- Criação de fundo público para financiamento da produção independente, educacional e cultural.
- Definição de produção independente: é aquela produzida por micro e pequenas empresas, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos.
- Garantia de neutralidade das redes.
- Estabelecimento de um marco civil da internet.
- Fundo de apoio às rádios comunitárias.
- Criminalização do "jabá".
- Isenção das rádios comunitárias de pagamento de direitos autorais.
- Produção financiada com dinheiro público não poderá cobrar direitos autorais para exibição em escolas, fóruns e veículos da sociedade civil não-empresarial.
- Criação de um operador de rede digital para as emissoras públicas gerido pela EBC.
- Estabelecer mecanismos de gestão da EBC que contem com uma participação maior da sociedade.
- Limite para a participação das empresas no mercado publicitário: uma empresa só poderá ter até 50% das verbas de publicidade privada e pública.
- Proibição da publicidade dirigida a menores de 12 anos.

- Desburocratização dos processos de autorização para rádios comunitárias.
 - Que a Empresa Brasileira de Correios ofereça tarifas diferenciadas para pequenas empresas de comunicação.
 - Criar mecanismos menos onerosos para verificação de circulação e audiência de veículos de comunicação.
 - Garantir emissoras públicas que estão na TV por assinatura em canais abertos.
 - Criar mecanismos para a interatividade plena na TV digital.
 - Fim dos pacotes fechados na TV por assinatura.
 - Manutenção de cota de telas para filmes nacionais.
 - Adoção de critérios de mídia técnica para a divisão da publicidade governamental nas três esferas.
 - Promover campanha nos canais de rádio e TV, em horários nobres, divulgando documentos sobre direitos humanos.
 - Inclusão digital como política pública de Estado, que garanta acesso universal.
 - Buscar a volta da exigência do diploma para exercício de jornalismo.
 - Garantir ações afirmativas nas empresas de comunicação.
- Criação de Observatório de Mídia da Igualdade Racial.
- Na renovação das concessões, considerar as questões raciais.
 - Centro de pesquisa multidisciplinar sobre as questões da infância na mídia.
 - Criação do Instituto de Estudos e Pesquisa de Comunicação Pública com ênfase no incentivo à pesquisa.
 - Aperfeiçoar as regras da classificação indicativa.

A Comunicação da FEEB - RS

Comunicação dinâmica e responsável a serviço da categoria bancária. Este é o compromisso que a Federação tem que assumir através da sua área de comunicação. Ao longo dos últimos três anos, a FEEB-RS intensificou o processo de reestruturação de suas ferramentas de comunicação. Com o objetivo de qualificar a área, que é estratégica e de importância vital para a entidade, foi estruturado o departamento de Comunicação criando a Coordenação do Departamento com uma Jornalista e dois estagiários. Além disso, foram feitos investimentos na atualização dos equipamentos de informática, softwares e fotografia.

O Seminário de Comunicação foi consolidado e juntamente com o Coletivo Estadual de comunicação tem sido um espaço importante de discussões e deliberações das políticas de comunicação para a entidade e seus sindicatos filiados. Estes fóruns tem apontado a Diretoria da Federação e aos seus filiados a importância em priorizar a comunicação. Para que a Federação atinja o desejado e passe a concretizar uma relação direta com seus sindicatos filiados, propomos o seguinte:

1 - Interiorização das atividades do Departamento: Descentralizar as atividades do departamento, levando às regionais da FEEB – RS reuniões, seminários, oficinas e cursos que visem incentivar aos sindicatos investirem em comunicação e qualificar seus dirigentes;

2 - Um novo site para a FEEB – RS: Priorizar em 2010 a constituição de um novo site/portal para FEEB – RS, possibilitando uma comunicação mais atrativa de fácil acesso e dotada de todos os recursos tecnológicos disponibilizados na atualidade;

3 - TV e Rádio: Consolidar a participação da Federação em TV e Rádios Comunitárias,

disponibilizando recursos para produção de programas para TV e Rádio, ocupando definitivamente seus espaços no Canal Comunitário – POA TV e no Jornal do Trabalhador nas rádios comunitárias;

4 – Departamento de Comunicação: Consolidar o seu departamento de comunicação fazendo dele um instrumento da divulgação das políticas e ações da Federação e movimentos sociais.

3.4- Formação

O Projeto Diálogos para Ação edição 2009 construído em parceria entre a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul e o SindBancários Porto Alegre e foi uma das principais atividades de formação técnico-política realizada no ano.

Composto por sete módulos nesta edição, foi avaliado pelos participantes através de pesquisa de opinião ministrada no último módulo como altamente relevante e apropriado às necessidades de conhecimento de Delegados (as) Sindicais e Dirigentes tinham antes da realização do projeto.

A atividade Diálogos para Ação como proposta de formação política atingiu todas as suas metas no sentido, de criar instrumentos para a reflexão crítica e para a construção de conhecimento como ferramental para a atuação e ação diária na luta política e nos mandatos dos Delegados(as).

Analisando desde temas da macro-conjuntura econômica, passando por questões históricas como a história da luta dos trabalhadores, indo para temáticas bem específicas como a evolução do trabalho bancário, a reforma da previdência, saúde e questões de gênero. Todo esse temário, proferido em forma de palestras e com abundante material didático, ofereceu um olhar diferenciado que agregou alto domínio do conhecimento específico de cada palestrante, a uma postura crítica desenvolvida em cada módulo, que como ponto cumulativo, gerava no público participante o benefício da dúvida sobre verdades pré-afirmadas e ação propositiva, para a partir do saber construído, dialogar com os seus e gerar ações concretas para a sua atuação no espaço de trabalho e para a sua atuação na categoria.

Na segunda parte de cada módulo, o debate aberto foi um instrumento de integração e afirmação da organização dos Delegados(as) Sindicais, nivelando os saberes e a atuação de todos, aproximando os novos Delegados(as) dos antigos, oferecendo entusiasmo e renovação de conhecimentos que foram fundamentais para a construção de pautas específicas e de discussão das realidades de cada corporação.

A proposta tem uma significativa inserção nos bancos públicos. Para o período 2010-2013 aponta-se a necessidade de incluir dirigentes sindicais dos principais bancos e instituições financeiras privadas, para que estes também possam utilizar as ferramentas e discussões ofertadas no curso em seus espaços de atuação em prol da luta dos trabalhadores(as) bancários na busca por melhores condições de trabalho.

Para o período, O Diálogos para Ação seguirá a fórmula já consolidada de sua organização: palestraaula expositivadialógica na parte da manhã e reunião específica por banco na parte da tarde (com o acréscimo do debate específico dos dirigentes de bancos privados). Os temas para essa edição irão ser pautados numa maior aproximação da

realidade bancária nos dias de hoje em todos os seus aspectos, na organização sindical e política, buscando exemplos e parcerias não apenas na academia, mas trazendo para o programa iniciativas e experiências de outros Sindicatos Cutistas, que possam ter aplicação concreta e prática na luta sindical do bancário e da bancária.

Deverá contar com uma iniciativa de qualificação mais extensa para novos delegados e dirigentes sindicais, através de um curso sistêmico a ser integrado aos módulos do projeto nas suas edições até 2013.

Mesmo com todo o sucesso e êxito no desenvolvimento da edição 2009 do projeto Diálogos para Ação, é necessário avançar ainda mais a atividade, desenvolvendo para que se transforme em um instrumento ainda mais efetivo e relevante da luta sindical no Estado do Rio Grande do Sul.

Para o período de 2010-2013 propomos a continuidade em parceria com o SindBancários POA, do Diálogos para Ação como um todo.

3.4- Jurídico

A FEEB/RS permanecerá como coordenadora das informações e orientações políticos-sindicais na área jurídica no estado. Ampliará os canais de relacionamento com seus sindicatos filiados, consolidando ainda mais o SUAP- Sistema Unitário de Assistência Processual

Nesta perspectiva deve-se estabelecer uma formatação que permita ampliar o caráter técnico do departamento, mantendo o motivador político de suas ações, ampliando da mesma forma a interação com as estruturas jurídicas das entidades filiadas, que sob sua coordenação transforme-se em uma rede de informações e trabalhos jurídicos. Para a consecução deste objetivo, o diretor responsável pela área jurídica deve estar assessorado por profissional qualificado e que tenha como objetivo final desta estrutura implementar ações para resguardar direitos porventura ameaçados e apresentar alternativas para ampliar estes direitos, sempre na perspectiva das possibilidades sindicais.

De se entender que hoje grande parte das ações iniciadas pelo conjunto jurídico Federação/Sindicatos tem fim financeiro – recuperação, de valores monetários – demonstrando a distância que o bancário encontra na participação do embate jurídico. Cabe a esta rede jurídica estabelecer condições de debate dentro da estrutura sindical na tentativa de fazer do bancário agente ativo neste processo. O resultado será a qualificação do debate, ampliação do grau de consciência dos trabalhadores envolvidos e maior legitimidade das atividades jurídicas e das próprias entidades sindicais.

Na prática deve haver trabalho articulado entre os quadros jurídicos e os diretores da Federação e dos Sindicatos. Neste processo é necessária a renovação dos departamentos jurídicos sindicais, seja no seu aspecto nominal, seja nos seus propósitos, trazendo ao grupo juristas comprometidos com as questões sindicais. Da mesma forma é necessária à aproximação deste conjunto com os setores externos afetos às questões jurídicas, como a SRT, por exemplo, que poderia subsidiar ações e intenções.

Neste próximo período a Assessoria Jurídica da Federação e dos Sindicatos do estado, deverão dar suporte à luta política contra o fracionamento da categoria que vem sendo

proposto por setores patronais, em especial as Cooperativas de Crédito.

Neste sentido é necessária a integração deste conjunto de atores jurídicos e sindicais, seja através da criação de um fórum permanente de debates, seja de reuniões ou de outros mecanismos, quebrando a atual barreira geográfica das bases sindicais e permitindo a troca de subsídios, inclusive nas regionais. Este item é fundamental e merece atenção do departamento jurídico da FEEB/RS.

3.6 - A Segurança Pública e a Segurança Bancária

Cada vez mais o tema segurança bancária ocupa um espaço importante nas ações a serem desenvolvidas pelos sindicatos, federação e confederação.

Os assaltos a bancos no Brasil e em especial no Rio Grande do Sul têm se tornado uma rotina, com a qual bancários, vigilantes, clientes e a sociedade como um todo não podem mais conviver.

As ações esperadas por parte dos bancos e do poder público têm se mostrado muito tímidas, em contrapartida os assaltantes tem sido cada vez mais audaciosos.

O grupo interinstitucional de segurança pública não tem conseguido definir ações capazes de reduzir o número de ações criminosas contra agências, postos e até mesmo contra o próprio bancário no recinto do seu lar.

Não podemos nos calar diante das estatísticas distorcidas divulgadas pelo governo estadual, que recentemente divulgou dados onde apontava a redução dos assaltos a bancos. Diante desse quadro é fundamental uma ação mais forte por parte das entidades sindicais, no sentido de expor a falta de ação dos bancos e do governo.

O Estado não tem a obrigação de fazer segurança privada para os bancos, mas deve garantir aos bancários, vigilantes e a população como um todo, seu direito a vida, investindo no trabalho de inteligência e com maior número de policiais nas ruas a fim de evitar essa onda crescente de insegurança.

Portanto se faz necessário articular estadual e nacionalmente ações para garantir a aprovação e cumprimento das leis de prevenção a assaltos (porta com detector de metais em todos os locais de acesso público; vigilância eletrônica, vidros blindados; etc.)

Garantir o cumprimento de um plano de contingência quando ocorra o assalto:

- 1 - Fechamento da agência após o assalto;
- 2 - Atendimento profissional aos (as) bancários (as) que presenciaram o assalto;
- 3 - Emissão de CAT para todos (as);
- 4 - Disponibilizar aos trabalhadores (as) afastados (as), auxílio médico e psicológico, inclusive se necessário reconhecendo a necessidade do afastamento.

3. 7 BANRISUL Sempre Público! Mobilizar é Preciso!

A crise mundial tem colocado uma grande contradição do neoliberalismo que prega o estado mínimo, mas este mesmo estado tem garantido a manutenção das empresas de capital privado, com recursos públicos. Por isso, defendemos o Banrisul Público, pois o estado tem responsabilidade junto ao desenvolvimento do estado e à sociedade. Para tanto é preciso baixar os juros, romper com a lógica de levar o Banrisul para um perfil de banco privado, como a que se intensificou a partir das vendas das ações, onde só importam as metas, aumenta a competição interna, levando a degradação do trabalho, que gera assédio moral, doenças psíquicas, e aumenta apenas o lucro dos acionistas privados.

Com o argumento de que a abertura do capital do Banrisul fortaleceria banco, o (des)governo de Yeda e Feijó vendeu parte das ações. Tentou esconder que isso é o início da privatização do banco. Não basta o Estado ter a maioria das ações se houver dentro de sua gestão uma visão de lucro máximo a qualquer custo. O papel do Banrisul deve ser não só prestar atendimento a todas as comunidades, inserindo-as no sistema bancário, mas também fomentar e aquecer a economia da região e do Estado. É essa visão e papel de um banco público que defendemos.

4 – PAPEL E COMPROMISSO DA DIREÇÃO

4.1 - Papel da Direção

O papel da Direção da FEEB/RS é fazer a gestão política, financeira e patrimonial da entidade, respeitando os princípios estatutários, garantindo a democracia e a transparência de seus atos, com o objetivo de unificar a categoria, defender suas conquistas e prepará-la para os desafios futuros.

A atuação permanente junto a CUT e movimentos sociais, buscando construir a união do conjunto dos trabalhadores para defesa de seus interesses de classe e realização de seus objetivos históricos, deve nortear a ação dessa direção.

Esses são princípios gerais que julgamos imprescindíveis para qualquer direção que se habilite a estar à frente da FEEB/RS.

4.2 - Compromisso da Direção

Reafirmamos os compromissos históricos assumidos pelas últimas gestões democráticas da FEEB -RS:

- 1 - Lutar pela liberdade e autonomia sindical.
- 2 - Defender que a sustentação financeira dos sindicatos terá que ser decidida pelos próprios trabalhadores.
- 3 - Consolidar a democratização dos sindicatos, abrindo canais de participação da base.
- 4 - Assumir a função de direção política e de coordenação da ação sindical.
- 5 - Absorver a menor parte possível da diretoria da FEEB na gestão do aparelho, capacitando o conjunto dela para desempenhar o papel de direção estadual.
- 6 - Promover ações continuadas e simultâneas, que instrumentalizem os sindicatos, no processo de construção das OLTs.
- 7 - Aprofundar a atuação do movimento sindical bancário nas lutas gerais dos trabalhadores, buscando superar impasses e debilidades que não tem soluções nas lutas isoladas de categorias.
- 8 – Lutar pela manutenção e democratização dos Bancos Públicos.

ASSINAM ESTA TESE:

FEEB - RS

Arnoni Hanke – (Itaú Unibanco), Amaro Silva de Souza – (Banrisul), Denise Falkenberg Correa – (Banrisul) e Jorge Vieira da Costa – (HSBC). (Colegiado Executivo da FEEB-RS),

SEEB Camaquã

Sandro Cheiran – (Bradesco), Ciro Becker – (Bradesco) e Ivone Kober – (Santander).

SEEB Carazinho

Antônio Sergio Federici – (Itaú Unibanco), Ricardo Scherer – (Santander), Carlos Alberto Cenci – (BB), Elizabete Colleto Eccel – (HSBC), Valmorim Castilho Oliveira – (Bradesco) e Cladimar Antunes Vieira – (Banrisul).

SEEB Caxias do Sul

Ademar Henrique Bellini – (Caixa), Marcelo Caon – (Itaú Unibanco), Mauro Luiz Ceccon – (Safra), Vaine Terezinha Andreguete – (Banrisul), Daniela Amoretti Finckiel – (Banrisul), e Nelson Bebber – (Santander)

SEEB Cruz Alta

Balduino Gabriel Kohl Nangelen – (Banrisul), Lúcio Juarez R. da Cunha – (Bradesco), Sólton Soares Simões – (Banrisul) e Gilberto da Costa Figueiredo – (Santander).

SEEB Ijuí

Jean Ernesto Arais – (Banrisul), Paulo Marcelo Scherer – (BB), Vilson Jendrzyczkowski – (Itaú Unibanco), Rosane M. Lisboa – (Itaú Unibanco), Marília Kerber – (Itaú Unibanco) e Elisângela Docelina Peralta – (Santander)..

SEEB Lajeado

Luis Carlos Born – (Caixa)

SEEB Novo Hamburgo

Andrades Diehl Filho – (Bradesco), Marcos Dirceu Bugs – (Caixa), Noeli Rodrigues Leão – (Itaú Unibanco), Silvio Anízio Pedroso da Rosa – (Santander), Everson Luis Gross – (Bradesco), Fidelcino Antônio Paim de Oliveira – (Banrisul), Joey S. Schwarzbald de Farias – (HSBC), Paulo Valmir Souza – (Itaú Unibanco) e Vilson Luiz Schneider – (HSBC).

SEEB Litoral Norte

Armindo Eduardo Köhler – (Santander), Deise T. de Menezes da Roza – (Santander), Clayton Pioner Ramos – (BB), Carmen Rejane Ramos – (Caixa), José Clóvis Silveira dos Santos – (Santander), Neí Glades De Francisco – (Caixa) e Dalmor Trevisan – (Santander).

SEEB Passo Fundo

Carlos Henrique Niederauer – (Itaú Unibanco), Julio Cesar Montenegro - (Santander), Dário Sidnei Delavy – (Santander), Nelson Antônio Fazenda – (BB), Luis Carlos Delaméia – (Bradesco), Vânia Argenta – (Bradesco), Carlos Alberto Dall Agnol – (BB), João Arthur B. Sobrinho – (BB), Denise Franciosi Ortiz Chini – (Caixa), Gustavo Marques – (Banrisul), Antonio Carlos Nunes Maciel – (Santander), Maria Cristina Zancanaro Rostirola – (BB), Nereu Teixeira – (Banrisul), Ronei Edison dos Reis – (Caixa).

SEEB Pelotas

Adalgiza Silveira – (Banrisul), Simoni Medeiros – (Caixa), Rosangi Kegler – (Banrisul), Luis Volnei Diogo – (Santander), André Amaral – (HSBC), Elis Manneti – (Bradesco), Jefferson S. Cordeiro – (Bradesco), Roger Peres – (Bradesco), Vinicius de Oliveira Barbosa – (BB), Ricardo Bochi – (Bradesco), Mauro Carvalho – (Bradesco), Fábio Correia da Silveira – (Santander) e Carlos Sicca – (Banrisul).

Porto Alegre

Juberlei Baes Bacelo – (Santander), Antonio Carlos Pirotti Pereira – (Banrisul), José Tadeu Miranda – (Banrisul), Amanda Angélica G. Cardoso – (Caixa), Clelio Luiz Gregory – (Caixa), Marcos Leite de Matos Todt – (Caixa), Ronaldo Zeni – (BB), Heloisa Feiten – (BB), Julio Cesar Soares Vivian (BB), Célio Romeu dos Santos – (Itaú Unibanco), Sandro Artur F. Rodrigues – (Itaú Unibanco), Mauricio Iser Amorim – (Itaú Unibanco), Ernesto Humberto dos Santos – (Itaú Unibanco), Marcelo Ferreyro Paladim – (Bradesco), Everton Moraes Gimenis – (Bradesco), Luis Gustavo Vargas Soares – (Bradesco), Gilnei Vestfal – (Bradesco), Márcia Dresch de Oliveira – (Banrisul), Natalina Rosane Guê – (Santander), Ernani Mundstock – (Santander), Catia Cilene Nobre Nunes – (Itaú Unibanco), Mauro Salles Machado – (Santander), Pedro Luiz Maciel A. da Silva – (Mercantil), Luis Renato Serrasol Pascal – (Banrisul), Clarice Stimamiglio – (Banrisul), Carlos Alberto Trasel – (Caixa), Marisa Zancan Godoy – (Caixa), Carmen Lucia Guedes – (Santander) Amadeu Réus Souza dos Santos, Rachel Weber – (Caixa), Francisco k. Magalhães – (Caixa), Elisa Aparecida da Silva Farias – (Banrisul), Lourdes Rossoni – (Banrisul), Antonio Augusto Borges de Borges – (Itaú Unibanco), Edison Luis de Moura – (Itaú Unibanco), Magali Farinon – (Caixa Econômica Federal), Ana Clélia Vargas Reis – (Banrisul) e Nilton Corrêa Gomes – (Bradesco).

SEEB Rio Grande

Hilda Teixeira-(Banrisul), Rosaura contreira – (Santander), Francisco Costa – (ABN Real), Angelo Terra - (Santander), João Branco-(Itaú Unibanco), José Luis mendonça- (Itaú Unibanco), Sergio Suita -(ABN Real), Ricardo Medina Coely- (Santander), Claudio leal - (HSBC), Claudia Lapuente Ávila – (HSBC), Leida Arrieche - (Bradesco), Sandra Bastos Merino - (Banrisul), Eunice Romeu Pitrez - (Caixa), Lauro Lipinski – (Bradesco), Jonas Aguiar – Caixa), Zuleica Pintos Oliveira – (Caixa), Neusa Maria Souza D'avila – (Caixa), Sirlei Thiel Della Cruz - (Caixa) e Carla Petruzzi- (Caixa).

SEEB Santa Cruz do Sul

Mariane Kamphorst Castagnino – (Itaú Unibanco), Cândido Castro Machado – (Itaú

Unibanco), João Carlos Heissler – (Itaú/Unibanco e Banrisul), Carlos A Proença Calderaro – (BBI), Oscar Graeff Siqueira – (BB), Emerson de Oliveira – (BB)

SEEB Santa Maria

Alexandre Soares dos Santos – (Bradesco), Anaurelino Edenir R. Oliveira - (Caixa), Antonio Tadeu Menezes - (Banrisul), Catia Tatiana K. Moura Fert - (BB), Cesar Augusto Simões dos Santos – (BB), Claudenir Teixeira Freitas - (Santander), Cleonice T. Frasson Domingues – (Caixa), Cristiane Fontoura Hollerbach – (BB), Fabricio Michels – (Caixa), Gilberto Natal S. Bichueti – (Banrisul), Helen Rozane K. Gressler – (BB), Lucas Balbuena Martins – (BB), Luiz Paulino Silva de Camões – (Caixa), Marcello H. Carrion – (Caixa), Maria de Fátima Barcelos – (Banrisul), Nilo Carlos Zavarise – (Itaú Unibanco), Paulo Roberto S. Flores – (BB), Raul Giovanni Cezar Maxwell – (BB), Vilson Carlos Nicoloso – (Caixa), Maria Cristina Vieira dos Santos – (BB), Geise Severo Finger – (BB) 22- Rochester Soares de Lima - (Caixa), Rudimar Jr. K. Y. Castro – (Santander), Margarathe Zamberlan Thomasi – (Banrisul)

SEEB Santa Rosa

Giselda Grzeca Diesel - (Bradesco), Hedi Maria Baron – (Bradesco), Lidia M. Pizoni – (Itaú Unibanco), Leomar Paulo Ziembowicz – (Banrisul), Paulo Valneri Schmidt – (Itaú Unibanco), Elton Ênio Hubner – (Santander), Eloi Hermes Beyer – (Banrisul) , André Luis Bender – (BB) e Marcos Mauro Maicá – (Caixa)

SEEB Santo Ângelo

Almiro Antônio Copetti – (HSBC), Carmen Narcisa Dalmaso – (Banrisul), Mauro José Mânica – (Bradesco), Cezar Augusto Jardim Zaltron – (Bradesco), João Pedro Borges de Oliveira – (Banrisul), Aldonir Foza – (Santander), Cristiane Martins – (Itaú Unibanco), Clóvis João Ritter – (Itaú Unibanco) e Rudimar Biermann da Luz